

Banco Randon S.A.
Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras consolidadas
em 30 de junho de 2014

Conteúdo

| | |
|---|---|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas | 3 |
| Balanço patrimonial | 5 |
| Demonstração dos resultados | 6 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 7 |
| Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 9 |



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000
Fax 55 (51) 3303-6001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A., que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela administração do Banco Randon S.A., de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalvas.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis, que divulgam:

- a. As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins; e
- b. Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração do Banco Randon S.A. optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Bacen, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Balço patrimonial em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2014 | Passivo e patrimônio líquido | Nota | 2014 |
|--|------|----------------|--|------|----------------|
| Circulante | | 339.725 | Circulante | | 167.611 |
| Disponibilidades | | 622 | Depósitos | 11 | 1.359 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 4 | 17.080 | Depósitos a Prazo | | 1.359 |
| Aplicações no Mercado Aberto | | 17.080 | Obrigações por empréstimo | | 89.619 |
| Tit. e valores mobiliários e instr. financ. derivativos | 5 | 48.533 | Obrigações por empréstimos e repasses | 12 | 89.619 |
| Carteira própria | | 20.973 | Outras obrigações | | 76.633 |
| Cotas de Fundos de Investimento | | 27.560 | Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados | | 149 |
| Relações Interfinanceiras | | 12 | Sociais e estatutárias | | 1.308 |
| Depósito no Banco Central | | 12 | Fiscais e previdenciárias | 11 | 4.001 |
| Operações de crédito | 6 | 219.250 | Recursos pendentes de receb. (grupos encerrados) | | 50.283 |
| Setor privado | | 220.683 | Recursos não procurados | | 7.523 |
| Provisão para op. de crédito de liq. duvidosa | | (1.433) | Outras obrigações - diversas | 13 | 13.369 |
| Outros créditos | | 54.020 | Exigível a longo prazo | | 282.845 |
| Outros créditos diversos | 7 | 4.060 | Depósitos | 11 | 28.824 |
| Recursos pendentes de recebimento | | 50.283 | Depósitos a Prazo | | 28.824 |
| (-) Provisão com outros créditos | 7 | (323) | Obrigações por empréstimo | | 190.729 |
| Outros valores e bens | | 208 | Obrigações por empréstimos e repasses | 12 | 190.729 |
| Despesas antecipadas | | 208 | Outras obrigações | | 63.292 |
| Outras valores e bens | | - | Provisão para contingências | 14 | 100 |
| Realizável a longo prazo | | 247.783 | Outras obrigações - diversas | 13 | 63.192 |
| Operações de crédito | 6 | 198.136 | Resultado de exercícios futuros | | 759 |
| Setor privado | | 199.431 | Resultado de exercícios futuros | | 759 |
| Provisão para op. de crédito de liq. duvidosa | | (1.295) | Patrimônio líquido | 16 | 138.367 |
| Outros créditos | | 48.922 | Capital | | |
| Outros créditos diversos | 7 | 7.791 | De domiciliados no país | | 105.000 |
| Pagamentos a ressarcir | 9 | 51.608 | Reservas de lucros | | 23.649 |
| (-) Provisão com pagamentos a ressarcir | 9 | (10.477) | Ajustes de avaliação patrimonial | | 17 |
| Outros valores e bens | | 725 | Lucros acumulados | | 9.701 |
| Despesas antecipadas | | 677 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 589.582 |
| Outras valores e bens | | 48 | | | |
| Permanente | | 2.074 | | | |
| Investimentos | | 32 | | | |
| Imobilizado de uso | 10 | 801 | | | |
| Imobilizado de uso | | 2.117 | | | |
| Depreciações acumuladas | | (1.316) | | | |
| Intangível | 10 | 1.241 | | | |
| Intangível | | 5.303 | | | |
| Amortizações acumuladas | | (4.062) | | | |
| Total do ativo | | 589.582 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração dos resultados

Semestre findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)

| | Nota | 2014 |
|--|------|---------------------|
| Receitas da intermediação financeira | | <u>14.583</u> |
| Operações de crédito | | 11.202 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 3.381 |
| Despesas da intermediação financeira | | <u>(7.860)</u> |
| Operações de captação no mercado | | (4.544) |
| Operações de empréstimos e repasses | | (2.419) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (897) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | <u>6.723</u> |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | | <u>8.497</u> |
| Receitas de prestação de serviços | 18 | 49.472 |
| Despesas de pessoal | 19 | (8.807) |
| Outras despesas administrativas | 20 | (33.084) |
| Despesas tributárias | | (6.248) |
| Outras receitas operacionais | 21 | 7.697 |
| Outras despesas operacionais | 21 | (533) |
| Resultado operacional | | <u>15.220</u> |
| Resultado não operacional | | 6 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | | <u>15.226</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | | <u>(5.525)</u> |
| Provisão para imposto de renda | 17 | (4.133) |
| Provisão para contribuição social | 17 | (1.944) |
| Ativo fiscal diferido | 17 | 552 |
| Lucro líquido do semestre | | <u><u>9.701</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Reserva de lucros | | | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros/ (prejuízos) acumulados | Total |
|---|------|-------------------|---------------|-------------------|---------------------------------|--------------------------------|----------------|
| | | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2014 | | <u>105.000</u> | <u>92</u> | <u>23.644</u> | <u>17</u> | <u>-</u> | <u>128.753</u> |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | - | 9.701 | 9.701 |
| Dividendos complementares AGE de 14.04.2014 | 16 | - | - | (87) | - | - | (87) |
| Saldos em 30 de junho de 2014 | | <u>105.000</u> | <u>92</u> | <u>23.557</u> | <u>17</u> | <u>9.701</u> | <u>138.367</u> |
| Mutações do semestre | | - | - | (87) | - | 9.701 | 9.614 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

| | 2014 |
|--|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | |
| Lucro líquido do semestre | 9.701 |
| Ajustes ao resultado: | |
| Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | 897 |
| Creditos baixados para prejuízo | (325) |
| Depreciações e amortizações | 291 |
| Reversões (Perdas) com comissões | 993 |
| (Reversões) Perdas com empréstimos | (141) |
| (Reversões) Perdas com investimentos | 155 |
| Outras provisões operacionais | 15 |
| Custo dos ativos baixados | 8 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (552) |
| | 1.341 |
| Variações nos ativos e passivos | |
| Títulos e valores mobiliários | (6.657) |
| Relações interfinanceiras | 779 |
| Operações de crédito | (75.296) |
| Outros créditos | (3.912) |
| Depósitos a prazo | 19.867 |
| Captações em mercado aberto | - |
| Outras obrigações | 1.894 |
| Outros valores e bens | 236 |
| Resultados de exercícios futuros | 304 |
| | (62.785) |
| Caixa líquido proveniente das / (utilizado nas) atividades operacionais | (51.743) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | |
| Alienação de imobilizado de uso | 30 |
| Aquisição de imobilizado de uso | (292) |
| Aquisição do intangível | - |
| | (262) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 38.310 |
| Recursos provenientes de dívida subordinada | 2.992 |
| Aumento de capital | - |
| Dividendos pagos | (12.227) |
| | 29.075 |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | (22.930) |
| Caixa e equivalentes de caixa | |
| No início do período | 40.632 |
| No fim do período | 17.702 |
| (Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa | (22.930) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco está autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - Balanço Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da administradora de consórcio, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Bacen, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2014 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de 14 de agosto de 2014.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas do Banco são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos

respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez - Banco

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) ***Títulos para negociação*** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) ***Títulos disponíveis para a venda*** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) ***Títulos mantidos até o vencimento*** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Operações de crédito - Banco

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculado pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Banco

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i. Investimentos - Administradora

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

j. Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k. Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, pelo método linear.

l. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m. Depósitos a prazo - Banco

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Aprovisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Até a presente data não existe nenhum passivo de natureza contingencial que devesse ser registrado nas demonstrações financeiras do Banco.

o. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.

p. Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº. 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 17 está baseada

em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em junho de 2014.

q. Resultado de exercícios futuros - Banco

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

r. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As informações financeiras da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários - Administradora

A Administradora é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 - Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Administradora são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

t. Outros benefícios a empregados - Administradora

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Administradora incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 25). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Administradora tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez - Banco

| | 2014 |
|----------------------------------|---------------|
| Títulos para negociação | |
| Letras do tesouro nacional (LTN) | <u>17.080</u> |
| | <u>17.080</u> |

O valor de mercado dos títulos públicos federais foram obtido através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5 Títulos e valores mobiliários

| | 2014 | |
|---|--|-----------------------|
| | Valor de mercado (contábil) | Valor de custo |
| Títulos para negociação | | |
| Letras financeiras do tesouro (LFT) | 20.973 | 20.968 |
| Fundos de investimento | 4.316 | 4.316 |
| Certificado de depósito bancário (CDB Pós Fixado) | 8.758 | 8.758 |
| Debêntures Compromissadas | 14.486 | 14.486 |
| Total | 48.533 | 48.528 |

Em 30 de junho de 2014 a Administradora possui somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não diferem de valores de mercado.

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

6 Operações de crédito - Banco

As informações da carteira em 30 de junho de 2014 são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira por modalidade

| | 2014 | |
|---------------------------------|----------------|--------------------------------------|
| | R\$ | % sobre total da carteira |
| Empréstimos (a) | 13.643 | 3,25 |
| Títulos descontados | 8.017 | 1,91 |
| Financiamentos (b) | 398.454 | 94,84 |
| Total | 420.114 | 100,00 |
| Circulante | 220.683 | 52,53 |
| Realizável a longo prazo | 199.431 | 47,47 |
| Total | 420.114 | 100,00 |

- (a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.
- (b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compror.

b. Diversificação da carteira por vencimento

| | 2014 | |
|---|---------|--------|
| | R\$ | % |
| Vencidos: | 5.021 | 1,20 |
| A vencer: | | |
| Até 90 dias | 132.393 | 31,51 |
| De 91 até 360 dias | 83.269 | 19,82 |
| Acima de 361 dias | 199.431 | 47,47 |
| Total | 220.683 | 52,53 |
| Total | 420.114 | 100,00 |
| Provisão p/ créditos de liq.duvidosa-curto prazo | (1.433) | 52,53 |
| Provisão p/ créditos de liq.duvidosa-longo prazo | (1.295) | 47,47 |
| Total Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (2.728) | 100,00 |
| Total da carteira líquida | 417.386 | |

c. A composição da carteira de operações de crédito, por tipo de cliente, está assim representada

| | 2014 | |
|--------------------------|---------|--------|
| | R\$ | % |
| Pessoa jurídica | 418.813 | 99,69 |
| Pessoa física | 1.301 | 0,31 |
| Total | 420.114 | 100,00 |
| Circulante | 220.683 | 52,53 |
| Realizável a longo prazo | 199.431 | 47,47 |
| Total | 420.114 | 100,00 |

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

| | 2014 | |
|----------------------|---------|---------------------------|
| | R\$ | % sobre total da carteira |
| Principal devedor | 12.603 | 3,00 |
| 20 maiores devedores | 107.125 | 25,50 |
| Demais devedores | 321.989 | 71,50 |
| Total | 420.114 | 100,00 |

e. Composição da carteira por nível de risco

| | 2014 | | |
|----------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Nível de Risco | Percentual de Provisão | Valor da Carteira R\$ | Valor da Provisão R\$ |
| AA | 0,0% | 29.334 | - |
| A | 0,5% | 343.978 | 1.720 |
| B | 1,0% | 30.964 | 310 |
| C | 3,0% | 14.998 | 450 |
| D | 10,0% | 516 | 51 |
| E | 30,0% | 19 | 6 |
| F | 50,0% | 160 | 80 |
| G | 70,0% | 113 | 79 |
| H | 100,0% | 32 | 32 |
| Total | | 420.114 | 2.728 |

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 2014 |
|---------------------------------------|---------|
| Saldo inicial | 2.157 |
| Constituição de provisão | 1.985 |
| Reversão de provisão | (1.088) |
| Créditos baixados contra prejuízo (a) | (325) |
| Saldo final | 2.728 |

g. Composição da carteira de operações de crédito por indexador

| | 2014 | |
|-----------------------|---------|--------|
| | R\$ | % |
| Operações pré-fixadas | 379.278 | 90,28 |
| Operações pós-fixadas | 40.836 | 9,72 |
| Total | 420.114 | 100,00 |

h. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica

| | 2014 | |
|-----------------|---------|--------|
| | R\$ | % |
| Indústria | 14.946 | 3,56 |
| Comércio | 110.603 | 26,33 |
| Outros serviços | 293.265 | 69,80 |
| Pessoa física | 1.301 | 0,31 |
| Total | 420.114 | 100,00 |

i. Em 30 de junho de 2014 não ocorreram recuperações de créditos anteriormente baixados como prejuízo.

j. No semestre findo em 30 de junho de 2014 foram renegociadas operações no total de R\$ 5.668.

7 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular n. 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

8 Outros créditos - Diversos

| | 2014 |
|--|--------|
| Circulante | |
| Créditos tribut. de impostos e contribuições (Nota 17) | 845 |
| Adiantamentos diversos (a) | 118 |
| Devedores diversos - país (b) | 380 |
| Devedores diversos | 1.197 |
| Direitos por adiantamentos a terceiros (c) | 1.135 |
| Impostos a compensar | 67 |
| Adiantamento e antecipações salariais | 230 |
| Provisão para perda de devedores diversos | (235) |
| | 3.737 |
| Realizável a longo prazo | |
| Créditos tribut. de impostos e contribuições (Nota 17) | 7.762 |
| Depósitos judiciais (Nota 14) | 19 |
| Ativos líquidos do benefício definido RANDONPREV (nota 25) | 10 |
| | 7.791 |
| | 11.528 |

(a) O valor de adiantamentos diversos refere-se a adiantamento e antecipações salariais; adiantamento de viagens e adiantamento a fornecedores.

(b) O valor de devedores diversos-país referem-se a valores a receber por venda de bens não de uso próprio.

(c) Direitos por adiantamentos a terceiros

Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular n.º 3.047/02 do Banco Central do Brasil, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. Valor também é apresentado na nota n.º 13 c (Outras obrigações diversas) e nota n.º 22 (Transações com partes relacionadas)

9 Pagamentos a ressarcir - Administradora

| | 2014 |
|---|----------------------|
| Empréstimos a grupos encerrados (a) | 28.222 |
| Cotas adquiridas de grupos em andamento (b) | <u>23.386</u> |
| Total | <u>51.608</u> |
| (-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a) | <u>(10.477)</u> |
| Total | <u>41.131</u> |

(a) Empréstimos a grupos e provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora e a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora conforme a avaliação da realização destes empréstimos através da análise da situação financeira dos grupos que tomadores.

(b) Cotas de consórcio

Referem-se a cotas de consórcio dos grupos de imóveis e outros bens, administrados pela própria Administradora. Em 30 de junho de 2014 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

| Segmento (bem) | 2014 |
|----------------|----------------------|
| Bens Imóveis | 9.481 |
| Bens Móveis | <u>13.905</u> |
| Total | <u>23.386</u> |

Os valores referem-se em 30 de junho de 2014 a investimentos em grupos de imóveis e em grupos de bens móveis, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus.

Em atendimento a Lei n.º 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

10 Imobilizado de uso e intangível

a. Banco

| | 2014 | | | Taxas anuais depreciação % |
|---|------------------------|------------------------------|-------------------|-----------------------------------|
| | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Líquido | |
| Móveis e utensílios e instalações | 262 | (90) | 172 | 10 |
| Equipamentos de informática e sistemas de processamento | 178 | (127) | 51 | 20 |
| Sistemas de transporte | 180 | (67) | 113 | 20 |
| Outras imobilizações | 40 | (12) | 28 | 10 a 20 |
| | <u>660</u> | <u>(296)</u> | <u>364</u> | |
| Intangível | | | | |
| Software e licença de uso | 283 | (139) | 144 | 20% |
| Total | <u><u>883</u></u> | <u><u>(435)</u></u> | <u><u>508</u></u> | |

b. Administradora

| | 2014 | | | Taxas anuais médias de depreciação % |
|------------------------------------|------------------------|------------------------------|---------------------|---|
| | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Líquido | |
| Imobilizado de uso | | | | |
| Móveis e utensílios | 628 | (445) | 183 | 8,6 |
| Equipamentos de computação | 777 | (560) | 217 | 15,1 |
| Veículos | 52 | (15) | 37 | 10 |
| | <u>1.457</u> | <u>(1.020)</u> | <u>437</u> | |
| Intangível | | | | |
| Sistemas de processamento de dados | 5.009 | (3.923) | 1.086 | 15,3 |
| Sistema de comunicação | 11 | - | 11 | |
| | <u>5.020</u> | <u>(3.923)</u> | <u>1.097</u> | |
| Total | <u><u>6.477</u></u> | <u><u>(4.943)</u></u> | <u><u>1.534</u></u> | |

11 Depósitos - Banco

Em 30 de junho de 2014 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 85% a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

| | 2014 | | | | Total |
|-------------------|-----------------|---------------------|---------------------|----------------------|--------|
| | Até 12 meses | De 12 a 24 meses | De 24 a 36 meses | Acima de 36 meses | |
| Depósitos | | | | | |
| Depósitos a prazo | 1.359 | - | 12.294 | 16.530 | 30.183 |
| Total | 1.359 | - | 12.294 | 16.530 | 30.183 |

12 Obrigações por empréstimos e repasses

| | 2014 | | | Total |
|---------------------------|-------------|----------------------|----------------------|---------|
| | Até 3 meses | De 3 até 12 meses | Acima de 12 meses | |
| Repasses no País - Finame | 22.412 | 67.207 | 190.729 | 280.348 |
| Total | 22.403 | 67.151 | 190.729 | 280.348 |

Os recursos internos para repasses no País representam captações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2019. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse.

13 Outras obrigações - Diversas

| | 2014 |
|---|--------|
| Circulante | |
| Provisão para pagamentos a efetuar (a) | 2.730 |
| Credores diversos - país | 167 |
| Saldo remanescente de grupos a pagar (b) | 3.492 |
| Provisões diversas (c) | 5.429 |
| Fornecedores | 359 |
| Obrigações por adiantamento a terceiros (d) | 1.135 |
| Outros débitos | 57 |
| Total circulante | 13.369 |
| Realizável a longo prazo | |
| Dívidas subordinadas elegíveis a capital (Notas 15 e 22) | 63.192 |
| Total realizável a longo prazo | 63.192 |

- (a) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a despesas de pessoal, provisões de encargos e outras despesas administrativas a pagar.

(b) Saldo remanescente de grupos a pagar

Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular n.º 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

(c) Provisões diversas

Referem-se a provisões comerciais para gastos que serão pagas a fornecedores e despesas com comissões que serão pagas sobre as vendas do período.

(d) Obrigações por adiantamentos a terceiros

Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota nº 8 c.

14 Provisão para passivos contingentes - Administradora

A Administradora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Nas ações judiciais envolvendo consorciados, referente a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes destes processos são cobertos pelos recursos destes grupos de consórcios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para contingência para a data base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

A Administradora possui os seguintes montantes de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2014:

| Natureza | Provável | Possível |
|-------------------------------|-------------|-----------|
| Trabalhista (*) | 100 | 88 |
| Depósitos judiciais (Nota 10) | <u>(19)</u> | <u>-</u> |
| Total | <u>81</u> | <u>88</u> |

(*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

Com relação a processos cíveis, fiscais e tributários a Administradora não possui processos com probabilidade de perda provável e possível.

15 Dívida subordinada

Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09/07/2019. Em 30 de junho de 2014, o valor atualizado da dívida subordinada é de R\$ 63.192.

16 Patrimônio líquido

(i) Capital social

O capital social do Banco é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal em 30 de junho de 2014.

O capital social da Administradora é de R\$30.000, representado por 30.000.000 quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada em 30 de junho de 2014.

(ii) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição.

(iii) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

(iv) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Banco

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

| | 2014 |
|---|-----------------------|
| Base de Cálculo Imposto de Renda (IRPJ) | |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 5.774 |
| Adições permanentes - IRPJ | 39 |
| Adições temporárias - IRPJ | 1.939 |
| Exclusões temporárias - IRPJ | (651) |
| Lucro Real antes compensações de prejuízos fiscais | 7.101 |
| Compensação prejuízos fiscais | - |
| Base de cálculo IRPJ corrente | <u>7.101</u> |
| Base de Cálculo da Contribuição Social sobre lucro líquido (CSLL) | |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 5.774 |
| Adições permanentes - CSLL | 47 |
| Adições temporárias - CSLL | 1.939 |
| Exclusões temporárias - CSLL | (651) |
| Base de cálculo antes compensação da base negativa de CSLL | 7.109 |
| Compensação de bases negativas | - |
| Base de cálculo CSLL corrente | <u>7.109</u> |
| IRPJ e CSLL | |
| Impostos de renda - 25% | (1.763) |
| Contribuição social - 15% | (1.066) |
| Incentivos fiscais - PAT | 43 |
| Incentivos fiscais - Outros | 43 |
| IRPJ e CSLL provisão corrente | <u>(2.743)</u> |
| IRPJ e CSLL provisão diferida | <u>(1)</u> |
| IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias | 516 |
| IRPJ e CSLL diferidos | <u>516</u> |
| Total IRPJ e CSLL registrado no resultado | <u><u>(2.228)</u></u> |

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

| | Saldo em | | Saldo em |
|---|-------------------|---------------------|-------------------|
| | 01/01/2014 | Constituição | Reversão |
| | | | 30/06/2014 |
| Adições temporárias | | | |
| PCLD | 1.117 | 923 | (565) |
| Receitas diferidas | 182 | 2.263 | (2.141) |
| Participação dos funcionários no resultado (PPLR) | 73 | 110 | (73) |
| | <u>1.372</u> | <u>3.296</u> | <u>(2.779)</u> |
| Ativo fiscal diferido (nota 7) | | | <u>1.889</u> |

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização em 30 de junho de 2014:

| Ano | R\$ |
|-----------------|--------------|
| 2014 | 720 |
| 2015 | 261 |
| 2016 | 317 |
| 2017 | 319 |
| 2018 | 192 |
| Acima de 5 anos | 80 |
| | <u>1.889</u> |

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 10,90% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 1.537.

Não existem créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2014.

b. Administradora

(i) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício

| | 2014 |
|---|----------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | <u>9.542</u> |
| Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente | (3.214) |
| Adições permanentes | (149) |
| Exclusões permanentes | 45 |
| Outros ajustes | 21 |
| Total | <u>(3.297)</u> |
| IRPJ e CSLL correntes | (3.333) |
| IRPJ e CSLL diferidos | <u>36</u> |
| IRPJ e CSLL registrados no resultado | <u>(3.297)</u> |

(ii) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e previsão de realização dos créditos tributários

| | 31/12/2013 | Constituições | Reversões | 30/06/2014 |
|---|--------------|---------------|----------------|--------------|
| Créditos tributários | | | | |
| Provisão para perda de outros valores e bens | 9 | - | - | 9 |
| Provisão para perda de outros créditos | 30 | - | - | 30 |
| Provisão para perda de pagamentos a ressarcir | 3.610 | 92 | (140) | 3.562 |
| Provisão para pagamento de devedores diversos | 827 | 53 | (4) | 876 |
| Provisão para comissões | 1.094 | 6.884 | (6.547) | 1.432 |
| Provisão para contingências | 34 | - | - | 34 |
| Outros | 1.078 | 928 | (1.230) | 775 |
| | <u>6.682</u> | <u>7.957</u> | <u>(7.921)</u> | <u>6.718</u> |

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Circular nº 3.174 do Banco Central do Brasil, a Administradora estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

| Ano de realização | 2014 |
|-------------------------------|---------------------|
| 2014 | 2.889 |
| 2015 | 1.688 |
| 2016 | 724 |
| 2017 | 722 |
| 2018 | 695 |
| Créditos tributários líquidos | <u><u>6.718</u></u> |

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

O valor presente dos crédito tributários líquidos , calculados considerando a taxa média de inflação apurada pela Administradora, monta R\$ 5.836, com uma taxa média de 5,5% a.a com base nas projeções definidas pela Administração, relacionadas a inflação.

18 Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 13,3% sobre o valor da referida contribuição.

19 Despesas de pessoal

| | 2014 |
|--|---------------------|
| Despesas de honorários | 795 |
| Despesas de pessoal - benefícios | 468 |
| Despesas de pessoal - proventos | 5.124 |
| Despesas de pessoal - encargos sociais | 2.241 |
| Despesas de pessoal - treinamento | 179 |
| Total | <u><u>8.807</u></u> |

20 Outras despesas administrativas

| | 2014 |
|--|-------------|
| Comissões sobre vendas | 19.981 |
| Serviços de terceiros | 2.209 |
| Propaganda e publicidade | 1.268 |
| Perdas com empréstimos a grupos | 1.446 |
| Despesas de alugueis | 206 |
| Despesas de processamento de dados | 705 |
| Participação dos Empregados | 1.206 |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | 155 |
| Despesas de comunicação | 312 |
| Despesas de viagens | 637 |
| Despesas de depreciação e amortização | 291 |
| Despesas de manutenção e conservação de bens | 981 |
| Despesas de promoções e relações públicas | 2.980 |
| Outras despesas administrativas | 707 |
| Total | 33.084 |

21 Outras receitas e despesas operacionais

| | 2014 |
|--|-------------|
| Rendas de operações com taxa subsidiada | 5.340 |
| Receita de equalização de taxa BNDES PSI2012/09 | 66 |
| Taxa de manutenção de consorciados não localizados | 450 |
| Outras receitas operacionais | 523 |
| Reversão de provisões operacionais | 279 |
| Multas e juros recebidos | 481 |
| Variações monetárias ativas | 558 |
| Total de outras receitas operacionais | 7.697 |
| Despesa com processos judiciais | (6) |
| Despesa provisões operacionais | (326) |
| Despesas com multas e juros | (31) |
| Despesa com comissão | (141) |
| Outras despesas | (29) |
| Total de outras despesas operacionais | (533) |

22 Transações com partes relacionadas

- (a) A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 999, referente à benefícios de curto prazo e de R\$ 13 referente a benefícios de longo prazo.
- (b) O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
- (c) As operações com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

- (d) A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
- (e) Os grupos de consórcio possuem adiantamentos a fornecedores em aberto com a Randon S.A. Implementos e Participações (controladora), no montante de R\$1.135. A Randon S.A. Implementos e Participações (controladora) possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 6.917.

23 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2014 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

24 Limite de alavancagem - Administradora

Em 30 de junho de 2014 a Administradora encontra-se em acordo com o limite de alavancagem estabelecido na Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil.

25 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários - Administradora

A Administradora é uma das patrocinadoras do RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

As contribuições efetuadas em 30 de junho de 2014 montaram R\$ 54.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2014 não houveram mudanças significativas no plano, no número de participantes e nas premissas que compõem a base atuarial em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2013.

No semestre findo em 30 de junho de 2014 a Administradora mantém registrado R\$ 10 referente ao ativo líquido do benefício definido e R\$ 8 relativo ao reconhecimento do superavit plano de previdência no período.

26 Limite operacional (Acordo da Basiléia) - Banco

As instituições financeiras devem manter permanentemente capital (Patrimônio de Referência), compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração, com efeito, a partir de 1º de outubro de 2013.

O requerimento mínimo de PR corresponde atualmente a 11% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). O RWA é calculado considerando no mínimo, a soma das exposições ao risco de crédito (RWACPAD), das exposições ao risco de mercado (RWAMPAD) e do capital requerido para o risco operacional (RWAOPAD).

O índice de Basiléia do Banco Randon para 30 de junho de 2014 é de 32,65%, apurado conforme Circular nº. 3.678/13.

27 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital - Banco

A área de Riscos do Banco Randon em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009 e 3.988/2011, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito e de Capital utilizadas pelo Banco Randon. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Instituição decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Instituição adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco Randon, são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

Risco operacional

A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de Riscos do Banco Randon mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional.

Risco de liquidez

A Resolução nº 4.090 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de Tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco Randon planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

28 Cobertura de seguros

O Banco e Administradora adotam a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

* * *

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt
Conselheiro: Erino Tonon

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini
Diretor Administrativo: Jaime Marchet
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

Contadora

Deise Cristina Misturini
CRC/RS-073569/O-0